

DIREITO TRIBUTÁRIO

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI / UNINOVE

ANTÔNIO CARLOS DINIZ MURTA
DEMETRIUS NICHELE MACEI
RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
(COORDENADORES)

DIREITO TRIBUTÁRIO

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI / UNINOVE

CONPEDI
Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito



Belo Horizonte
2014

XXII Encontro Nacional do CONPEDI / UNINOVE

Tema: Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade
do Direito na contemporaneidade
De 13 a 16 de novembro de 2013
Universidade Nove de Julho – UNINOVE / São Paulo – SP

Membros da Diretoria:

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente
Cesar Augusto de Castro Fiuza
Vice-Presidente
Aires José Rover
Secretário Executivo
Gina Vidal Marcílio Pompeu
Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen
Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
João Marcelo Assafim
Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)
Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)
Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores:

Elisangela Pruenzio
Graduanda em Administração - Faculdade Decisão
Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira
Graduada em Administração - UFSC
Rafaela Goulart de Andrade
Graduanda em Ciências da Computação – UFSC
Marcus Souza Rodrigues
Diagramador

Coordenação Editorial:

Fabiana Carvalho

Produção Editorial:

Danilo Jorge da Silva



Rua Pernambuco, 1389, Loja 05P
Savassi – Belo Horizonte/MG
CEP 30130-151

Tel: (31) 3031-2330

arraes@arraeseditores.com.br
www.arraeseditores.com.br



Caríssima(o) Associada(o),

É com uma combinação de emoções que apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direito Tributário**, do XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de São Paulo entre os dias 13 a 16 de novembro de 2013. Sinto-me realizado, alegre e com o sentimento de dever cumprido ao constatar a qualidade e quantidade dos trabalhos de cada GT. Por outro lado, a emoção da despedida igualmente se faz presente e, nesse particular, quero desejar muito sucesso à nova diretoria e, em especial, ao nosso novo presidente Professor Raymundo Juliano do Rego Feitosa.

Registramos a nossa particular felicidade ao constatar que, mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo mais de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 40 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas *stricto sensu* na área do Direito. Ao longo desses últimos 04 (quatro) anos fizemos o Direito ser respeitado e ouvido em todos os órgãos governamentais e não governamentais, além de florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

O nosso XXII Congresso Nacional foi marcado por um duplo sentimento. Primeiro, o de *desafio* – já que foi sediado por uma Instituição nova no sistema de Pós-Graduação (UNINOVE). Segundo, de gratidão, já que sinaliza o encerramento de minha gestão, ao longo de dois biênios, à frente da Diretoria do CONPEDI.

O Congresso teve como pano de fundo a temática sobre “a sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade”. Nada mais atual e relevante. De fato, o limiar do século XX e início do atual, notadamente marcado pelo processo de globalização, impõe uma série de desafios ao Direito. Os diversos processos de integração em curso questionam dogmas e impõem dificuldades às teorias do direito, trazendo obstáculos mais complexos a serem vencidos. Há desafios até mesmo para definirmos períodos, como alguns tentam e enfrentam nos conceitos da pós-modernidade ou modernidade líquida, para ficarmos em alguns dos mais recorrentes.

Desde os seus objetivos e características, o Estado-Nação necessita de um novo olhar com novos mecanismos de efetividade do Direito. Com efeito, se o acesso à justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, principalmente pelos novos canais abertos pela Constituição Federal brasileira, que recentemente comemorou bodas de prata, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo! Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e, consequentes, novos parcelamentos de 8, 10 e 15 anos das dívidas dos entes federativos e o julgamento da chamada ADI do “calote dos precatórios”, que foi debatida entre nós em um dos painéis do evento. Não há dúvida sobre a necessidade de uma nova Teoria do Estado, que reconheça as importantes contribuições da chamada cidadania regional e universal para que possamos avançar na democracia e nas promessas não cumpridas da modernidade.

Sob essa bandeira, foram debatidos, ao longo dos 04 (quatro) dias de evento, uma cadeia de temas relevantes como (1) a filosofia e processo em tempos de protagonismo judicial, (2) reforma eleitoral e política, (3) desobediência civil, (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) combate à corrupção; (7) direito e desenvolvimento; (8) Neoconstitucionalismo e Estado Plurinacional; (9) Princípios do Direito Comercial; (11) jurimetria; (12) hermenêutica e discricionariedade judicial; (13) Direito do Trabalho na Contemporaneidade; (14) precatórios e direitos fundamentais; (15) Direito Civil na Sociedade Global; (16) ética e empresa; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) consumo e sustentabilidade; (21) mestrado profissional; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) diálogo entre cortes e ordenamentos jurídicos. Isso sem dizer que também tivemos os fóruns dos coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito - FEPODI e, ainda, a exposição de pôsteres pelos pós-graduandos e graduandos em iniciação científica, que entendemos fundamental não apenas para melhor prepararmos os futuros mestrados, mas também como forma de contribuição e inserção da pós-graduação na graduação do Direito.

Importante destacar e reconhecer neste último triênio, a grande liderança do Prof. Martônio Mont`Alverne Barreto Lima, coordenador da área, que magistralmente soube conduzir o Direito com muito diálogo, presença e competência. Com isso, e aliado ao grande esforço que os programas fizeram nos últimos anos, hoje já podemos comparar nossos números e critérios com os das demais áreas do conhecimento. De fato, conseguimos reunir dados e estudos para podermos com mais consciência questionar os critérios de qualidade e de internacionalização da nossa e das demais áreas.

Outro ponto destacado deste último triênio e que merece ser referido foi o engajamento do CONPEDI e seus associados na luta pela qualidade da educação jurídica na graduação. Foi por isso que nos unimos à ABEDI, OAB/Federal e outras entidades não apenas para organizarmos importantes publicações sobre o ensino e a pesquisa jurídica, mas do mesmo modo eventos de divulgação e críticas aos recentes documentos elaborados pelo MEC. E foi também por isso que tornamos permanente um espaço na programação dos nossos eventos, destinado aos graduandos. Nesse sentido, demos continuidade a nossa política de construção de pontes, mas com independência, em favor de um direito crítico, emancipatório e de qualidade.

Cumpra consignar a grande aproximação que desenvolvemos com o IPEA nos últimos anos, que permitiu a concretização de uma série de projetos como o livro “Direito e desenvolvimento”, que foi lançado no Congresso, além de um aumento significativo de investimentos na área jurídica deste reconhecido instituto, que já beneficiou um grande número de pesquisadores, revistas, programas da nossa área e o próprio CONPEDI.

Finalmente, não poderia concluir sem destacar o grande esforço de toda a equipe da UNINOVE – desde os professores, passando pelos discentes de graduação e pós-graduação e colaboradores -, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso evento. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

São Paulo, primavera de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente do CONPEDI

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos esta coletânea de artigos, intitulada *Direito Tributário*, fruto da reunião de trabalhos selecionados e aprovados pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi) e posteriormente apresentados oralmente pelos seus autores no XXII Congresso Nacional Conpedi/Uninove, realizado em São Paulo/Sp, entre os dias 13 e 16 de Novembro de 2013, cujo tema norteador foi “*A sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade*”.

Buscando uma divisão equilibrada de temas simplesmente para facilitar a leitura e organização da obra, sem qualquer pretensão de estabelecer ordem de importância ou relevância nos temas, propusemos a divisão dos artigos em três capítulos. No primeiro, que chamamos *Tributação e Constituição*, destacamos aqueles trabalhos que se caracterizaram por interpretar aspectos do Direito, não puramente tributário, mas especialmente constitucional. É verdade que é muito difícil, e naturalmente não recomendável, iniciar qualquer estudo nesse ramo do Direito sem abordar seus fundamentos constitucionais. Nesse sentido, todos os artigos desta obra releva ou perpassa aspectos constitucionais. Porém, neste capítulo identificamos preocupação essencial dos autores com o sentido e alcance das normas superiores.

Neste capítulo os leitores verão importante abordagem do Princípio da Igualdade em matéria tributária, tema controverso e instigante, que sempre aguardará por critérios objetivos para sua aplicação. Em seguida, alinhado com o tema do Congresso, estudarão tema árido mas de suma importância para o fenômeno da globalização, que é a eficácia dos tratados e convenções internacionais em matéria tributária. Mais uma vez, agora com uma abordagem sobre o Princípio da Liberdade do contribuinte, será possível identificar o alcance da Liberdade e Igualdade sobre outra ilustrada ótica.

O leitor também terá a oportunidade de deparar-se com questões constitucionais de maior concretude, como a aplicação das imunidades sobre as entidades beneficentes e de assistência social, relativamente as contribuições sociais, especialmente o chamado PIS (Programa de Integração social) bem como uma reanálise sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal relativas a constitucionalidade do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na chamada sistemática do “cálculo por dentro” no estabelecimento do aspecto quantitativo de sua hipótese de incidência. Finalmente,

encontrará interessante abordagem sobre o chamado Princípio da não afetação, aliando aspectos do direito tributário e do meio ambiente.

No segundo capítulo, com o título *Tributos em Espécie*, procuramos apresentar ao leitor aqueles artigos que dedicam-se ao estudo das diversas espécies tributárias vigentes em nosso ordenamento, com um foco especial nos impostos sobre a Renda (IR), sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), o próprio ICMS e o incidente sobre Produtos Industrializados. Quanto a estes últimos, uma maior preocupação em classifica-los e identifica-los nas categorias de tributos indiretos e tributos sobre o consumo, destacando a importância dessas conhecidas classificações. Ao final do capítulo, será possível estudar a tributação sobre a ótica do desenvolvimento urbano sustentável, missão está voltada por vocação aos entes municipais, e ainda as recentes mudanças na tributação do Mercado de Valores Mobiliários, instigando o leitor a reflexão sobre estas complexas e fascinantes questões.

Por último, mas igualmente relevantes, estão os trabalhos dedicados ao estudo dos aspectos processuais e procedimentais da esfera tributária, em que cessada a atuação do legislador, cabe a difícil tarefa do aplicador da lei e todas as controvérsias que daí poderão surgir. Já de início, o leitor se depara com assunto extremamente atual e relevante: A busca da Verdade Material no processo tributário, em que o autor estuda a riqueza do processo administrativo para a busca de uma solução não apenas formal, mas eminentemente justa, para as lides tributárias. Em seguida, a questão polêmica do chamado redirecionamento da cobrança tributária na pessoa dos sócios das pessoas jurídicas. Depois o leitor encontrará estudos sobre a chamada interpretação econômica no Direito Tributário, especialmente no dispositivo do Código Tributário Nacional (CTN) que estabelece requisitos para a restituição dos chamados tributos indiretos. Ainda quanto a interpretação econômica, agora do fato gerador, está um estudo de julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda, que aborda a chamada teoria do propósito comercial nos planejamentos tributários, e ainda artigos que dão visão moderna ao tradicional Princípio do Interesse Público em matéria tributária e ao Princípio da Irretroatividade e o chamado Costume Fiscal”.

Para concluir, acreditamos que os artigos aqui publicados são a demonstração clara da excelência dos trabalhos que o Conpedi vem desenvolvendo a cada ano, no sério e dedicado desenvolvimento da pesquisa do Direito em nosso país.

Coordenadores:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta

Prof. Dr. Demetrius Nichele Macei

Prof. Dr. Raymundo Juliano Rego Feitosa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 A SISTEMÁTICA DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE À LUZ DO CONSTRUTIVISMO LÓGICO-SEMÂNTICO <i>Antonio Alves Pereira Netto</i>	16
CAPÍTULO 2 CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA TRIBUTAÇÃO SOB A ÓTICA DO CAPITALISMO HUMANISTA <i>Terezinha de Oliveira Domingos, Leandro Reinaldo da Cunha</i>	46
CAPÍTULO 3 A EFICÁCIA NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA <i>Mauricio Carlos Pichiliani</i>	63
CAPÍTULO 4 TRIBUTOS, LIBERDADE E IGUALDADE: O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA UM SISTEMA TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL EFICIENTE <i>Carlos Yury Araújo de Moraes</i>	91
CAPÍTULO 5 A INTERPRETAÇÃO DA “TEORIA DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL” EM CONFRONTO COM A INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA E GANHOS DE QUALQUER NATUREZA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS <i>Antonio Carlos Diniz Murta, Rosely da Silva Efraim</i>	110
CAPÍTULO 6 A DEDUTIBILIDADE TRIBUTÁRIA DE DESPESAS COM EMPREGADOS DOMÉSTICOS NA REALIDADE BRASILEIRA; UMA ANÁLISE DA LIBERDADE DE PLANEJAMENTO FAMILIAR NO CONTEXTO DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS <i>Natercia Sampaio Siqueira, Ana Claudia Lima Pinheiro Mascarenhas Silva</i>	140

<p>CAPÍTULO 7</p> <p>A INEXISTÊNCIA DE GANHO DE CAPITAL TRIBUTÁVEL PELO IMPOSTO SOBRE A RENDA NA INCORPORAÇÃO DE AÇÕES</p> <p><i>José Luiz Crivelli Filho, Armando Zanin Neto</i>.....</p>	162
<p>CAPÍTULO 8</p> <p>IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO À CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS</p> <p><i>Fernanda Andreazza</i>.....</p>	181
<p>CAPÍTULO 9</p> <p>A TRIBUTAÇÃO INDIRETA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS</p> <p><i>Eduardo de Abreu Moraes</i>.....</p>	201
<p>CAPÍTULO 10</p> <p>AFINAL, O QUE SÃO TRIBUTOS SOBRE O CONSUMO?</p> <p><i>Pilar de Souza e Paula Coutinho Elói, Flávio Couto Bernardes</i>.....</p>	222
<p>CAPÍTULO 11</p> <p>A (IM)POSSIBILIDADE DO CONTRIBUINTE DE FATO ATUAR COMO SUJEITO ATIVO NAS AÇÕES DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (ICMS) SOBRE A ENERGIA ELÉTRICA PELO CONSUMIDOR FINAL</p> <p><i>Rafaela Barbosa de Brito, Diego Maia Crescêncio Pereira</i>.....</p>	252
<p>CAPÍTULO 12</p> <p>A INCONSTITUCIONALIDADE DO CÁLCULO POR DENTRO DO ICMS: REESCREVENDO A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</p> <p><i>Pedro Júlio Sales Daraujo, Valcir Gassen</i>.....</p>	267
<p>CAPÍTULO 13</p> <p>A PUBLICIDADE E PROPAGANDA E AS FRONTEIRAS ENTRE ISSQN E ICMS</p> <p><i>Alice Gontijo Santos Teixeira, André Mendes Moreira</i>.....</p>	297
<p>CAPÍTULO 14</p> <p>ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NÃO CONDUTORA DE VEÍCULO AUTOMOTOR</p> <p><i>Livia Pelli Palumbo, Claudio José Amaral Bahia</i>.....</p>	326
<p>CAPÍTULO 15</p> <p>A PRESCRIÇÃO PARA REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL EM FACE DAS SOCIEDADES LIMITADAS DISSOLVIDAS IRREGULARMENTE</p> <p><i>Pricila Dalmolin Tomasi, Francini Lara Fischer</i>.....</p>	355
<p>CAPÍTULO 16</p> <p>A VERDADE MATERIAL COMO GARANTIA DA TRIBUTAÇÃO ADEQUADA NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO</p> <p><i>Rafhael Frattari, Glauber Antonio Mesquita</i>.....</p>	375
<p>CAPÍTULO 17</p> <p>ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA NÃO - AFETAÇÃO DE TRIBUTOS FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO DE UMA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL</p> <p><i>Sérgio Alexandre de Moraes Braga Junior</i>.....</p>	397

<p>CAPÍTULO 18</p> <p>INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E LEITURA CONSTITUCIONAL DOS INSTITUTOS DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NOS TRIBUTOS SUJEITOS AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO</p> <p><i>José Raul Cubas Júnior, Bruno Diego Szczypkowski</i>.....</p>	424
<p>CAPÍTULO 19</p> <p>O NOVO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LEI N.º 9.492/1997 COMO MEDIDA DE COBRANÇA DE DÍVIDAS FISCAIS: O PROTESTO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA</p> <p><i>Renato Lovato Neto, Antonio Carlos Lovato</i>.....</p>	452
<p>CAPÍTULO 20</p> <p>O INTERESSE PÚBLICO TRIBUTÁRIO. SUPERANDO A IDÉIA DO ESTADO FISCAL</p> <p><i>Thiago Antonio Nascimento Diniz, Alessandra Back</i>.....</p>	482
<p>CAPÍTULO 21</p> <p>AS EXPORTAÇÕES DA MARCOPOLO FRENTE AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS</p> <p><i>Edval Nunes Araújo Neto, Elisberg Francisco Bessa Lima</i>.....</p>	509
<p>CAPÍTULO 22</p> <p>TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA TRIBUTAÇÃO INCIDENTE SOBRE INVESTIMENTOS NO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS BRASILEIRO: O QUE PODEMOS APRENDER COM ELAS?</p> <p><i>Daniel Leib Zugman</i>.....</p>	529
<p>CAPÍTULO 23</p> <p>EXPECTATIVA NORMATIVA EM DIREITO PÚBLICO: MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E IRRETROATIVIDADE DOS EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA</p> <p><i>Rafael Köche, Têmis Limberger</i>.....</p>	554
<p>CAPÍTULO 24</p> <p>REFLEXÕES ACERCA DA EXTRAFISCALIDADE NOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL</p> <p><i>Ana Paula Basso, Rodrigo Lucas Carneiro Santos</i>.....</p>	576